

O ACESSO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA A ESCOLA

Lidiana Raquel Rabelo Amaral Monroe Machado

Especialista em Educação Especial

Gestora da Escola Municipal Doutora Maria Amélia Bastos, São José de Ribamar – MA, l-rm@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar o acesso escolar da pessoa com deficiência. Descreve-se sobre o contexto histórico da educação inclusiva no Brasil, bem como a apresentação das primeiras escolas direcionadas as pessoas com deficiência. Utilizou-se pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, com respaldo bibliográfico. Conclui-se que o acesso escolar da pessoa com deficiência perpassou por um processo histórico e que as primeiras escolas direcionadas exclusivamente para as pessoas com deficiência tiveram grande importância neste processo.

Palavras-Chave: Educação. Inclusão. Deficiência.

1 Introdução

O acesso escolar dos alunos com deficiência perpassa deste a Educação Infantil até o Ensino Superior, visando à garantia de que a pessoa com deficiência possa utilizar os meios de que necessita para vencer suas limitações, utilizando-se de seu direito a educação exercendo sua cidadania de acordo com os preceitos constitucionais.

Em 1954 foi criada a primeira escola no Brasil direcionada a pessoa com deficiência, com o intuito de que esses estudantes desenvolvessem suas habilidades, respeitando suas especificidades.

Assim, estudar a educação escolar das pessoas com deficiência nos reporta não só as questões referentes aos seus limites e possibilidades, como também traçar o percurso histórico do acesso a educação, e apresentar as instituições que contribuíram para a educação da pessoa com deficiência no Brasil.

O objetivo deste trabalho é apresentar a escola como espaço que busca desenvolver ações educacionais que possibilitam o desenvolvimento dos aspectos sociais, cognitivos e afetivos.

Este trabalho está organizado em forma de tópicos: introdução, educação inclusiva no Brasil e primeiras escolas para pessoas com deficiência no Brasil, percurso metodológico da pesquisa, considerações finais e referências.

2 Educação inclusiva no Brasil

No Brasil, os debates sobre a proposta da inclusão escolar teve início no final da década de 1980, sendo intensificado a partir da Declaração Mundial de Educação para Todos, firmada em

Jomtien, na Tailândia, em 1990, que impulsionou dentre vários países o Brasil a elaborarem planos que atendessem as recomendações da Declaração Mundial de Educação para Todos.

No ano seguinte em 1994, ocorreu em Salamanca na Espanha a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, conhecida como Declaração de Salamanca, a partir daí que surge o conceito de inclusão escolar devido à mesma reafirmar com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 que “as escolas têm que encontrar a maneira de educar com êxito todas as crianças, inclusive as que têm deficiências graves”.

As recomendações da Declaração de Salamanca foram adotadas por diversos países entre eles o Brasil, que assumiu o compromisso após promulgar a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, (LDB), Lei nº 9394/96

que ampliou os serviços de educação especial em todo o país, tanto nas escolas públicas como nas privadas.

Porém, somente em 2003, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Especial (SEESP) assume o compromisso de apoiar os estados e municípios na tarefa de tornar as escolas brasileiras em escolas inclusivas.

No Brasil existe desde a Constituição de 1988 dispositivos legais que estabelecem normas que garante oportunidade e valorização da diversidade nas diferentes esferas de poder que não eram cumpridas.

E, mesmo após a promulgação da LDB de 1996 que preconiza atendimento para todos os alunos inclusive os com deficiências graves na rede regular de ensino, Ferreira e Ferreira et al. (2007, p. 37) diz que “os estudos sobre a realidade social da escola evidenciam que ela ainda não conseguiu equacionar um dos mais sérios problemas, conhecido como o fenômeno do fracasso escolar.

Temos ainda hoje uma escola regular com fragilidade ao ensinar seus alunos, inclusive, aos com deficiência. Tão estranhos que ela parece resistir em reconhecê-los como seus alunos e em reconhecer um processo educativo relevante para eles.

3 Primeiras escolas para pessoas com deficiência no Brasil

A história da educação para pessoas com deficiência no Brasil tem como marco fundamental na criação de duas instituições, a primeira fundada por meio do decreto imperial nº 1.428 de 1854, denominada Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atual Instituto Benjamin

Constant-IBC), que seguia como modelo o Instituto dos Meninos Cegos de Paris e a segunda o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

De acordo com Mazzotta (2011), a ideia de fundar o Imperial Instituto dos Meninos Cegos partiu de Couto Ferraz, ministro do Império após observar o trabalho que José Álvares de Azevedo – um jovem cego e ex-aluno do Instituto de Meninos Cegos de Paris – desenvolveu para educar a filha do medico da família imperial que era cega.

A fundação do Imperial instituto deveu-se, em grande parte, a um cego brasileiro, *José Álvares de Azevedo*, que estudara no Instituto dos Jovens Cegos de Paris, fundado por Valentin Haüy no século XVIII. Por ter obtido muito sucesso na educação de Adélia Sigaud, filha do dr. José F. Xavier Sigaud, médico da família imperial, José Álvares de Azevedo despertou a atenção e o interesse do ministro do Império, conselheiro Couto Ferraz. (MAZZOTTA, 2011, p.28).

Segundo Mazzotta (2011) o mesmo foi instalado no Rio de Janeiro em 1854, sob a direção de José Francisco Xavier Sigaud, que permaneceu no cargo até sua morte em 1856, assumindo o cargo Cláudio Luiz da Costa dando continuidade aos trabalhos já desenvolvidos, tais como: gramática portuguesa, geografia, física, geometria, álgebra e noções de ciências naturais como também capacitação profissional como torneiro, encadernador, afinadores de piano, professores entre outros.

Durante sua gestão Benjamin Constant observou que o Instituto não atendia a demanda, foi a partir daí que teve a ideia de construir um edifício maior e comunicou a D. Pedro II que além de aprovar a ideia doou um terreno de sua propriedade.

A partir daí Benjamin Constant criou o projeto que foi confiado ao engenheiro Carlos Araújo Ledo Neves e ao construtor Torquato Martins Ribeiro. Sendo entregue em 1890 a primeira etapa da construção, porém, Benjamin Constant não era mais o diretor, pois o mesmo assumiu um cargo no Ministério da Guerra e também o cargo de ministro dos correios, porém, o mesmo não se desvinculou do instituto.

Mazzotta (2011), afirma que em 1890, por meio do decreto nº 408 denominou o Instituto dos Meninos Cegos como Instituto Nacional dos Cegos e finalmente em 1891, por meio do decreto Nº 1.320 denominou-o de Instituto Benjamin Constant (IBC), que permanece até os dias atuais, como uma homenagem ao administrador que permaneceu por mais tempo e também pelo mesmo ser considerado responsável por consolidar o Instituto como escola, tornando-o o primeiro educandário para cegos da América Latina.

Em 17 de maio de 1890, portanto, já no governo republicano [...] assinaram o Decreto n. 408, mudando o nome do instituto para *Instituto Nacional dos Cegos e aprovando seu regulamento*.

Mais tarde, em 24 de janeiro de 1891, pelo Decreto n. 1.320, a escola passou a denominar-se Instituto Benjamin Constant (IBC), em homenagem a seu ilustre e atuante ex-professor de matemática e ex-diretor, Benjamin Constant Botelho de Magalhães. (MAZZOTTA, 2011, p. 29)

Ainda no Império de acordo com Mazzotta (2011), foi criado o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, o atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), idealizado pelo Francês Ernesto Hüet, que era surdo, professor e diretor do Instituto dos Surdos-mudos de Bourges, na França que propôs a D. Pedro II em 1855 a criação de uma escola para surdos no Brasil, alguns anos após a fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant (IBC).

Dom Pedro II apoiou a ideia de Hüet e no dia 1º de Janeiro de 1856 o instituto que foi denominado de Collégio Nacional para Surdos começou a funcionar ministrando as disciplinas de Língua Portuguesa, História do Brasil, Geografia, Aritmética, Doutrina Cristã, Leitura Labial, entre outras.

A criação desta escola ocorreu graças aos esforços de Ernesto hüet e seu irmão. Cidadão Francês, professor e diretor do Instituto de Bourges, Ernesto hüet chegou ao Rio de Janeiro no final do ano de 1855. [...] Acolhendo com simpatia os planos que Hüet tinha para a fundação de uma escola de “surdos-mudos” no Brasil, o Imperador ordenou que lhe fosse facilitada a importante tarefa. (MAZZOTTA, 2011, p. 29).

De acordo com o INES (2007), ao longo da história do Instituto sua nomenclatura passou por varias alterações, em 1858 o Colégio Nacional para surdos passou a ser Instituto Imperial para Surdos-Mudos permanecendo assim por aproximadamente sete anos passando a ser denominado de Imperial Instituto para Surdos-Mudos em 1865.

Em 1874, nove anos depois, foi denominado Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, permanecendo até 1890 passando a ser Instituto dos Surdos-Mudos.

A mudança mais significativa segundo Mazzotta (2011) ocorreu em 1957, devido o momento histórico que era de modernização, no qual o mesmo passou a ser denominado de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

O INES foi durante séculos a única instituição de Surdos no Brasil e em países vizinhos, tornando-se referência pelo fato do mesmo desenvolver um projeto educacional voltado para atender crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, com objetivo de educá-las e prepará-las para o

mercado de trabalho, para isso, utilizavam o ensino profissionalizante e de literaturas por meio de oficinas que facilitava o aprendizado dos mesmos.

4 Percurso metodológico

A pesquisa foi de natureza qualitativa, caracterizando-se como exploratória bibliográfica é “aquela que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de idéias, com o objetivo de oferecer uma visão panorâmica” (GONÇALVES, 2001, p.65).

Através da pesquisa exploratória é notório que essa se concebe com grande relevância para que se almeja alcançar, de modo que possibilita ao pesquisador um legue de informação em relação ao tema em estudo.

Considerações finais

Acredita-se que o presente estudo vem acrescentar esclarecimentos e subsídios a todos que se interessam pela inclusão da pessoa com deficiência e como aconteceu o percurso deste processo e bem como a contribuição das primeiras escolas para a pessoa com deficiência.

É de grande relevância ressaltar que foi através de acordos e políticas públicas que hoje podemos visualizar um novo paradigma educacional inclusivo. Nesse sentido, a escola deve ser vista como colaboradora, mediante seu corpo docente e discente, traçando caminhos inclusivos em parceria com a família.

Pensar o papel e a função da Instituição escolar é uma postura necessária e indispensável, igualmente importante e urgente, sobretudo no processo de inclusão de pessoas com deficiência redirecionando para a representação de igualdade e diferença, para poderem atuar de forma competente dentro da sala de aula.

Referências

BRASIL. **Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Secretaria de Educação e Cultura; SEC/João Pessoa-PB, 1996.

FERREIRA, Maria Cecília Carareto; FERREIRA, Júlio Romero. Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas. In: GÓES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Frieszman de. (Orgs.). **Políticas e práticas de educação inclusiva.** Campinas: Autores Associados, 2007.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Conversando sobre iniciação a pesquisa científica**. Es. Alínia: Campinas, 2001.

MAZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA - UNESCO. **Orientações para a inclusão. Garantindo o Acesso à Educação para Todos**. Paris: UNESCO, 2005.